



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2022

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas, Ao apresentar os resultados de 2022, a Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

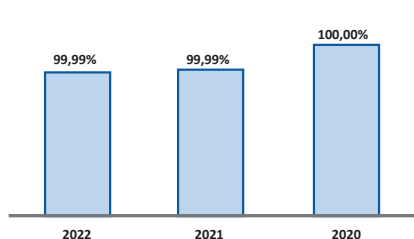
1. A NEOENERGIA DOURADOS TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

A Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), controlada pela Neoenergia S.A., tem por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades. 1.1. Estrutura Societária: Em 31 de dezembro de 2022, a estrutura societária da Companhia era a seguinte:



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 24 de abril de 2017, a Companhia venceu o leilão ANEEL 05/2016 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes Linhas de Transmissão: Linha de Transmissão Nova Porto Primavera – Rio Brillhante, com extensão de aproximadamente 137 km, com origem na Subestação Nova Porto Primavera e término na Subestação Rio Brillhante; Linha de Transmissão Rio Brillhante – Campo Grande 2, com extensão de aproximadamente 149 km, com origem na Subestação Rio Brillhante e término na Subestação Campo Grande 2; Linha de Transmissão Campo Grande 2 – Imbrissu, com extensão de aproximadamente 57,3 km, com origem na Subestação Campo Grande 2 e término na Subestação Imbrissu; Linha de Transmissão Nova Porto Primavera – Ivinhema 2, com extensão de aproximadamente 64 km, com origem na Subestação Nova Porto Primavera e término na Subestação Ivinhema 2; Linha de Transmissão Rio Brillhante – Dourados 2, com extensão aproximada de 122 km, com origem na Subestação Rio Brillhante e término na Subestação Dourados 2; Linha de Transmissão Dourados 2 – Dourados, com extensão de aproximadamente 48,21 km, com origem na Subestação Dourados 2 e término na Subestação Dourados. Em 2022, a taxa de disponibilidade da Companhia foi de 99,9% (99,9% em 2021 e 100% em 2020). O limite estabelecido pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) estipula como normal a disponibilidade entre 95% e 98%. Este indicador baliza a qualidade do serviço aferida pela ANEEL através da disponibilidade do sistema de transmissão. Em 2020, a Companhia esteve com disponibilidade acima do limite superior definido pela ONS:



3. ATIVOS EM OPERAÇÃO

3.1. Linhas de transmissão em operação

Linhas de Transmissão em Operação - Características Físicas					
Linha de Transmissão	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
LT Nova Porto Primavera – Rio Brillhante	2	230kV	137	21/07/2020	11/08/2047
LT Rio Brillhante – Campo Grande 2	1	230kV	149	01/05/2021	11/08/2047
LT Campo Grande 2 – Imbrissu	2	230kV	57,3	01/05/2021	11/08/2047
LT Nova Porto Primavera – Ivinhema 2	2	230kV	64	27/12/2020	11/08/2047
LT Rio Brillhante Dourados 2	1	230kV	122	03/08/2021	11/08/2047
LT 230 KV Dourados 2 - Dourados	2	230kV	48,2	22/08/2022	11/08/2047

3.2. Subestação em operação

Subestação em Operação - Características Físicas					
Subestação	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
SE Dourados 02	-	230/138kV	-	03/08/2021	11/08/2047

4. EVOLUÇÃO FÍSICA E INVESTIMENTOS

A Companhia acompanha a evolução dos investimentos como um todo e por isso o percentual de evolução e volume de CAPEX são feitos por Lote, conforme apresentado a seguir:

Projeto Linhas de Transmissão - Evolução Física e Investimentos					
Linha de Transmissão	Evolução Física em 31/12/2021	Investimento Realizado no exercício findo em 31/12/2021 (R\$ Mil)	Evolução Física em 31/12/2022	Investimento Realizado no exercício findo em 31/12/2022 (R\$ Mil)	
LT Nova Porto Primavera – Rio Brillhante					
LT Rio Brillhante – Campo Grande 2					
LT Campo Grande 2 – Imbrissu					
LT Nova Porto Primavera – Ivinhema 2	98%	70.856	100%	19.074	
LT Rio Brillhante Dourados 2					
LT 230 KV Dourados 2 - Dourados					
SE Dourados 02					

5. RECEITA ANUAL PERMITIDA

A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo 2022/2023 é de R\$88.627 mil (R\$41.255 mil para o ciclo 2021/2022) corrigida anualmente pelo índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos.

Linhas de Transmissão e Subestações em Operação - Características Financeiras

Linha de Transmissão	Propriedade (%)	RAP Pro-RAP	porcional (R\$ mil)	Degrav. da RAP	Mês base reajuste	Índice de Correção
LT Nova Porto Primavera – Rio Brillhante	100		34.230			
LT Rio Brillhante – Campo Grande 2	100		34.764			
LT Campo Grande 2 – Imbrissu	100		15.297			
LT Nova Porto Primavera – Ivinhema 2	100	166.813	17.766	2023	Junho	IPCA
LT Rio Brillhante Dourados 2	100					
LT 230 KV Dourados 2 - Dourados	100		64.757			
SE Dourados 02	100					

6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas.

6.1. Resultado Econômico Financeiro

DRE (R\$ mil)	2022	2021	R\$	%
(+) Receita líquida	144.055	196.704	(52.649)	-27%
MARGEM BRUTA	144.055	196.704	(52.649)	-27%
(+) Custos de construção	(19.074)	(70.856)	51.782	-73%
(+) Outros custos	(5.423)	(3.972)	(1.451)	37%
(+) Outras receitas/despesas gerais e administrativas	(4.240)	(3.185)	(1.055)	33%
= Despesa Operacional	(28.737)	(78.013)	49.276	-63%
(-) PECLD	(85)	(68)	(17)	25%
EBITDA	115.233	118.623	(3.390)	-3%
(-) Depreciação	(109)	(106)	(3)	3%
(-) Resultado Financeiro	(41.731)	(61.255)	19.524	-32%
(-) IR/CS	(24.955)	(19.481)	(5.474)	28%
LCURO LÍQUIDO	48.438	37.781	10.657	28%

A margem bruta e as despesas operacionais da Companhia no ano alcançaram R\$ 144.055 mil, -27% vs. 2021 e -R\$ 28.737 mil, -63% vs. 2021, respectivamente, explicadas pela entrada em operação de 100% da Companhia em 2022. Como resultado dos efeitos descritos, o EBITDA encerrou o ano em R\$ 115.233 mil, queda de 3%, em relação ao ano de 2021. O resultado financeiro foi negativo em R\$ 41.731 mil em 2022 (-32% vs. 2021), devido principalmente pela despesa com encargos financeiros, oriundo da redução do IPCA em relação a 2021. Considerando os fatores acima mencionados, a Companhia registrou lucro líquido no ano de 2022 de R\$ 48.438 mil, aumento de 28% em relação ao ano anterior.

7. ESTRUTURA DE CAPITAL

7.1. Perfil da Dívida: Em dezembro de 2022, a dívida bruta da Companhia, incluindo empréstimos e encargos, foi de R\$ 493.792 mil (dívida líquida R\$ 450.362 mil), apresentando um aumento de 32% em relação a dezembro de 2021, quando a dívida bruta foi de R\$ 452.641 mil (dívida líquida R\$ 428.413 mil). Em dezembro de 2022, a Companhia contava com 5,7% da dívida bruta contabilizada no curto prazo e 94,3% no longo prazo.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Neoenergia Dourados, visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Neoenergia Dourados e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Neoenergia Dourados. A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Neoenergia Dourados sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização. Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

	Notas	2022	2021
Receita operacional líquida	3	144.055	196.704
Custos dos serviços		(24.497)	(74.828)
Custos de construção	4	(19.074)	(70.856)
Custos de operação	5	(5.423)	(3.972)
Lucro bruto		119.558	121.876
Perdas de crédito esperadas	9.1	(85)	(68)
Despesas gerais e administrativas	5	(4.349)	(3.291)
Lucro operacional		115.124	118.517
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	6	3.857	825
Despesas financeiras	6	(46.934)	(62.630)
Outros resultados financeiros, líquidos	6	1.346	550
		(41.731)	(61.255)
Lucro antes dos tributos		73.393	57.262
Tributos sobre o lucro		(24.955)	(19.481)
Diferido	7.1.1	(24.955)	(19.481)
Lucro líquido do exercício		48.438	37.781
Lucro básico e diluído por ação do capital – R\$:	15.2	0,20	0,15

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	48.438	37.781
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	109	106
Tributos sobre o lucro	24.955	19.481
Resultado financeiro, líquido	41.731	61.255
Alterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	(2.734)	(5.909)
Concessão do serviço público (ativo contratual)	(67.116)	(145.801)
Fornecedores e a contas pagar de empreiteiros	(466)	(39.812)
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	(363)	(262)
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	10.456	12.739
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(379)	2.612
Outros ativos e passivos, líquidos	(26.603)	(1.083)
Caixa líquidos proveniente (consumido) das operações	28.028	(58.893)
Encargos de dívidas pagas	(2.956)	(3.383)
Rendimentos de aplicações financeiras	3.535	904
Caixa gerado (consumido) nas atividades operacionais	28.607	(61.372)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(74)	(1.361)
Caixa consumido nas atividades de investimento	(74)	(1.361)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	-	53.000
Pagamento dos custos de captação	(358)	-
Remuneração paga ao acionista	(8.973)	-
Mútuos recebidos (aplicados)	-	23.931
Caixa (consumido) gerado nas atividades de financiamento	(9.331)	76.931
Aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício	19.202	14.198
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	24.228	10.030
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	43.430	24.228

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2022	2021
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	43.430	24.228
Contas a receber de clientes e outros	9	11.606	8.867
Tributos sobre o lucro a recuperar	7.1.3	10.416	13.931
Outros tributos a recuperar		68	646
Concessão do serviço público (ativo contratual)	10	84.926	77.486
Outros ativos		457	782
Total do circulante		150.903	125.940
Não circulante			
Tributos sobre o lucro a recuperar	7.1.3	90	-
Depósitos judiciais	13	11.811	11.435
Concessão do serviço público (ativo contratual)	10	994.383	932.303
Outros ativos		478	478
Imobilizado		3.112	3.052
Intangível		341	436
Total do não circulante		1.010.215	947.704
Total do ativo		1.161.118	1.073.644
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	11	9.277	11.089
Empréstimos e financiamentos	12	28.057	15.823
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar		391	754
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	7.2	1.242	1.231
Dividendos e juros sobre capital próprio		11.504	8.973
Contas a pagar de operações de mútuo	13	-	27.074
Outros passivos		1.900	278
Total do circulante		52.371	65.222
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	465.735	436.818
Tributos sobre o lucro diferidos	7.1	123.534	98.579
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	7.2	100.274	93.579
Provisões	14	31.657	28.792
Outros passivos		122	162
Total do não circulante		721.322	657.930
Patrimônio líquido	15		
Atribuído ao acionista da Companhia		387.425	350.492
Total do patrimônio líquido		387.425	350.492
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.161.118	1.073.644

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de crédito	Recebíveis, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas	Monitoramento dos covenants financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito. 1.1.2. Gestão de risco de mercado: Risco de taxa de juros: Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. Risco de inflação: A elevação das taxas de inflação e eventuais políticas anti-inflacionárias adotadas pelo Governo Federal podem acarretar na elevação das despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos indexados a índices de preços. A Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados a índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação. Risco de preço de commodities: Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por elevação dos preços das commodities que são utilizadas pela Companhia em suas atividades operacionais. Commodities metálicas: variações nos preços de commodities metálicas podem impactar a rentabilidade dos projetos de investimentos, nos contratos com fornecedores e no pagamento maior de Capex implicando em aumento indesejado da dívida da Companhia. 1.1.3. Gestão de risco de liquidez: O risco de liquidez é associado à possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar e rentabilizar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações sejam alocadas preferencialmente em fundos exclusivos e tenham como diretriz alocar os recursos em ativos de liquidez diária. A Companhia gerencia o risco de liquidez também mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país. Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos dentro de um período de 12 (doze) meses. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantém recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos (veja nota 12.2.B). 1.1.4. Risco de solvência: O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de covenants financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de risco de rating, no custo da dívida e na liquidez. 1.1.5. Gestão de risco de crédito: O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou 'não performance' de contrapartes. Risco de crédito de contrapartes

política global de riscos. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado do Grupo Neoenergia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Superintendência de Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos. A Superintendência de Riscos define as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo outras exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que envolvam derivativos. A independência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações. A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alcadas do Grupo Neoenergia e estatuto da Companhia. As principais diretrizes em relação a estratégias de hedge, são: • Todo instrumento de dívida denominado ou indexado a moeda estrangeira deverá ser protegido e convertido para Reais por meio de operações de hedge; • O risco de câmbio deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor; • Instrumentos não-divida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de hedge para mitigar o risco cambial; • Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de hedge para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto a composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações; • Não é permitida a contratação de derivativos para fins especulativos. Sua utilização é dedicada exclusivamente para fins de hedge; e • Não é permitida a contratação de derivativos 'exóticos' nem 'alavancados'. A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantêm posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de mercado – Taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando, a LIBOR e CDI.	Operações de swap, gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de mercado – Preços de produtos e insumos	Volatilidade dos preços de commodities metálicas.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes as projeções internas; ou operações a termo.

comerciais: Oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico. **Risco de crédito de instituições financeiras:** Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito. É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating. O quadro a seguir apresenta os ratings de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantém operações em aberto em 31 de dezembro de 2022.

Ratings de longo prazo em escala nacional	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	-	-	AA
Itaú	AAA	-	AAA
Bradesco	AAA	AAA	AAA

1.2. Seguros: A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância segurada
Responsabilidade Civil Geral - Operações	31/05/2022 a 30/05/2023	100.000
Risco Operacional - Subestações e Usinas	31/05/2022 a 30/05/2023	409.661
Responsabilidade Civil - Drones	15/06/2022 a 15/06/2023	674
Veículos - Operacional	31/05/2022 a 31/05/2023	1.000
Equipamentos	30/06/2022 a 30/06/2023	Valor equipamento

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia, em 30/01/2023. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o real brasileiro (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma. **2.3. Políticas contábeis e estimativas críticas:** As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas às estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5.a. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
7.1.2	Tributos sobre o lucro diferidos
9.1	Perdas de crédito esperadas
10	Concessão do serviço público (ativo contratual)
14	Provisão para processos judiciais
17.2	Estimativa de valor justo de ativos financeiros

2.5. Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes: Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IAS 37/CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022, aplicação retrospectiva com regras específicas.

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2022 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

b) Alteração em pronunciamentos com vigência a partir de 2023

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IAS 1/CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de <i>covenants</i> como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva.

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A composição da receita líquida por natureza e suas deduções, é conforme quadros a seguir:

	2022	2021
Construção de infraestrutura da concessão	24.804	106.186
Remuneração do ativo contratual	109.924	101.381
Contrato de conexão ao sistema de transmissão ("CCT")	1.663	289
Receita de operação e manutenção	11.262	8.539
Ganho (perda) na RAP ⁽¹⁾	12.382	1.103
Receita operacional bruta	160.035	217.498
(-) Deduções da receita bruta	(15.980)	(20.794)
Total receita operacional líquida	144.055	196.704

⁽¹⁾ A variação refere-se principalmente a atualização da inflação da RAP realizada no modelo de cálculo do ativo contratual.

3.1. Deduções da receita bruta

	2022	2021
Tributos gerais		
PIS e COFINS – correntes	(8.372)	(5.583)
PIS e COFINS – diferidos	(6.431)	(14.536)
	(14.803)	(20.119)

Encargos setoriais		
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(810)	(541)
Taxa de Fiscalização de Serviço de Energia Elétrica – TFSSE	(367)	(134)
	(1.177)	(675)
	(15.980)	(20.794)

3.2. Política contábil: A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e pode ser mensurada de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita de construção de infraestrutura da concessão é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidas entre o cliente e a Companhia, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla a medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. Esta receita corresponde aos custos de construção adicionados de uma margem bruta, destinada a cobrir os custos de gestão ou execução da construção dos ativos transmissão de energia elétrica. A receita de operação e manutenção é reconhecida mensalmente, a partir da entrada em operação comercial, como uma obrigação de desempenho que é cumprida pela operação e manutenção das linhas de transmissão. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos no contrato de concessão para estas obrigações de desempenho, acrescidos de margem. A receita de remuneração reflete o componente de financiamento do ativo contratual e é reconhecida ao longo do tempo baseado na taxa de remuneração do ativo contratual. Esta taxa é definida no início do projeto e não sofre alteração ao longo da vida do contrato. A Receita Anual Permitida (RAP) é revisada anualmente em função da inflação, conforme o índice de atualização previsto em cada contrato de concessão (IPCA). A parcela de reajuste relativa à variação desses índices é considerada como um componente de contraprestação variável e os efeitos resultantes da aplicação dos novos valores de RAP no modelo de cálculo do ativo contratual são imediatamente reconhecidos no resultado, no grupo de receita operacional. A Companhia observou as orientações do Ofício-Circular nº04, divulgado pela CVM, na elaboração das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022 e 2021, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto, após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção, com a adoção das seguintes políticas contábeis: I. Atribuição de margens de construção e de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas. A taxa interna de retorno utilizada para viabilidade dos projetos de transmissão varia entre 13% a.a. e 18% a.a., nominal e antes dos impostos. II. A remuneração do ativo contratual é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação. A taxa implícita que remunera o ativo de contrato varia entre 8,0% a.a. e 11,5% a.a.

4. CUSTO DE CONSTRUÇÃO

	2022	2021
Pessoal e benefícios a empregados	(1.213)	(4.609)
Material	(3.025)	(13.616)
Serviços de terceiros	(12.196)	(40.781)
Outros	(2.640)	(11.850)
Total	(19.074)	(70.856)

5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2022	
	Custos de operação	Despesas gerais e administrativas
Pessoal e benefícios a empregados	(1.674)	(1.538)
Serviços de terceiros	(2.821)	(1.082)
Depreciação e amortização	-	(109)
Provisão para processos judiciais	-	(146)
Impostos, taxas e contribuições	(22)	(117)
Despesas com viagens	(120)	(399)
Propaganda e publicidade	-	(348)
Seguros	(248)	-
Outras receitas e despesas, líquidas	(786)	(610)
Total	(5.423)	(4.349)

	2021	
	Custos de operação	Despesas gerais e administrativas
Pessoal e benefícios a empregados	(490)	(2.097)
Material	(347)	-
Serviços de terceiros	(2.333)	(231)
Depreciação e amortização	-	(106)
Provisão para processos judiciais	-	(2)
Impostos, taxas e contribuições	(20)	(9)
Despesas com viagens	(61)	(21)
Seguros	(248)	-
Aluguel de equipamentos	-	(564)
Outras receitas e despesas, líquidas	(473)	(261)
Total	(3.972)	(3.291)

6. RESULTADO FINANCEIRO

	2022	2021
Receita financeira		
Renda de aplicações financeiras	3.535	904
(-) PIS e COFINS sobre receita financeira	(253)	(84)
Atualização de depósitos judiciais	282	-
Juros e encargos contas a receber de clientes e outros títulos	5	-
Outras receitas financeiras	288	5
	3.857	825

	2022	2021
Despesa financeira		
Encargos sobre instrumentos de dívida	(44.464)	(59.487)
Encargos sobre mútuo	(1.641)	(1.596)
Atualização de provisões para processos judiciais	(745)	-
IOF	(43)	(1.491)
Outras despesas financeiras	(41)	(56)
	(46.941)	(62.630)

Outros resultados financeiros, líquidos		
Perdas com variações cambiais e monetárias	(12)	-
Ganhos com variações cambiais e monetárias	1.358	550
	1.346	550
	(41.731)	(61.255)

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS

7.1. Tributos sobre o lucro: Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ – 25% e CSLL – 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. **7.1.1. Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado:** A seguir é apresentada reconciliação da despesa dos tributos sobre o lucro e renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

	2022	2021
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	73.393	57.262
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(24.954)	(19.469)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Outras	(1)	(12)
Tributos sobre o lucro	(24.955)	(19.481)
Alíquota efetiva	34%	34%
Diferido	(24.955)	(19.481)

7.1.2. Tributos diferidos

	2022	2021
Ativo		
Provisão participação nos lucros e resultados	58	665
Prejuízo fiscal e base negativa	24.812	20.667
Outros	488	202
Total diferenças temporárias - ativo	25.358	21.534

	2022	2021
Passivo		
Margem na construção e remuneração do ativo de contrato	(148.892)	(120.113)
Total diferenças temporárias - passivo	(148.892)	(120.113)
Tributos diferidos sobre o lucro passivos, líquido	(123.534)	(98.579)

As variações dos tributos diferidos passivos são as seguintes:

	2022	2021
Saldo inicial do exercício	98.579	79.098
Efeitos reconhecidos no resultado	24.955	19.481
Saldo final do exercício	123.534	98.579

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções baseadas no planejamento estratégico. Em 31 de dezembro de 2022, a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos, reconhecidos, está apresentada como segue:

	2024	2025	2026	2027 e 2031
Ativo fiscal diferido	780	1.243	1.860	21.475

7.1.3. Tributos correntes ativos

	2022	2021
Imposto de Renda – IR	10.301	13.872
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	205	59
Ativo	10.506	13.931
Circulante	10.416	13.931
Não circulante	90	-

7.1.4. Política contábil e julgamentos críticos: a) **Política contábil:** Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributáveis futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. b) **Estimativas e julgamentos críticos:** Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos impostos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas, preços de commodities, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

7.2. Outros tributos e encargos setoriais a recolher:

	2022	2021
Outros tributos		
Programa de integração social – PIS ⁽¹⁾	17.947	16.774
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS ⁽¹⁾	82.673	77.264
Outros	320	482
	100.940	94.520

Encargos setoriais a recolher		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	402	173
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	59	49
Ministério de Minas e Energia - MME	29	24
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	9	20
Outros	77	24
	576	290

Total outros tributos e encargos setoriais a recolher		
Circulante	101.516	94.810
Não circulante	1.242	1.231
	100.274	93.579

⁽¹⁾ Contempla o PIS e COFINS diferidos sobre as receitas de construção da infraestrutura de transmissão e da remuneração do ativo de contrato, que serão realizados até o término do contrato de concessão.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	2022	2021
Caixa e depósitos bancários à vista	7.837	99
Fundos de investimento	35.593	24.129
	43.430	24.228

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2022 é de 100,3% do CDI (99,3% em 31 de dezembro de 2021). A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por

diversos ativos, visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, conforme abaixo:

Carteira	2022	2021
Fundos exclusivos		
Operações compromissadas	35.593	24.129
	35.593	24.129

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2022		2021	
	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber, líquidas	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber, líquidas
Concessionárias	11.787	(181)	11.606	8.963
	11.787	(181)	11.606	8.963
Ativo circulante				

13. CONTAS A PAGAR DE OPERAÇÕES DE MÚTUO

A composição do saldo refere-se, basicamente, ao contrato de mútuo entre partes relacionadas que a Companhia firmou com a Neoenergia S.A. O contrato de mútuo é atualizado pela taxa de juros de 142,23% do CDI e foi liquidado em abril de 2022.

Partes Relacionadas Neoenergia S.A.	Principal Encargos		2021
	2022	2021	
	25.478	1.596	27.074

14. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2022	2021
Provisão para processos judiciais	27.281	25.033
Provisão para obrigações ambientais (i)	4.376	3.759
	31.657	28.792

Passivo não circulante

(i) Refere-se a provisões para compensações ambientais previstas nas licenças de operação. **14.1. Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais: a) Provisão para processos judiciais:** A Companhia é parte envolvida em ações cíveis na esfera administrativa e judicial, relacionadas a processos de indenização fundiária, decorrentes de divergências entre o valor de avaliação da Companhia e o pleiteado pelo proprietário do imóvel. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais. Os processos judiciais provisionados estão apresentados a seguir:

	2022	2021
Saldo inicial do exercício	25.033	17.454
Adições e reversões, líquidas	(1.250)	4.130
Atualizações monetárias	3.498	3.449
Saldo final do exercício	27.281	25.033

b) Passivos contingentes: Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	2022	2021
Processos cíveis (i)	1.159	-
Processos fiscais (ii)	12	10
	1.171	10

Os processos relevantes cuja probabilidade de perda é considerada possível são conforme segue: (i) **Processos cíveis:** Refere-se a ações relacionadas à indenização fundiária. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescido de juros de 1% a.m. (ii) **Processos fiscais:** Referem-se às ações tributárias para discutir a exigência de diferencial de alíquota do ICMS para aquisições interestaduais de mercadorias destinadas ao ativo imobilizado e ao uso e consumo. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC. (c) **Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados.

	2022	2021
Processos cíveis	11.811	11.435
	11.811	11.435

14.2. Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável. Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

15.1. Capital social: O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R\$168.000, sendo R\$244.340 subscrito e R\$76.340 a integralizar, dividido em 244.340.081 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, como segue:

Acionista	Lote de mil ações		
	Qtde.	%	R\$
Neoenergia S.A.	244.340	100%	168.000
Total	244.340	100%	168.000

15.2. Lucro por ação e remuneração do acionista: a) Lucro por ação: Os valores do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	48.438	37.781
Média ponderada de ações em poder do acionista	244.340	244.340
Lucro básico e diluído por ação	0,20	0,15

b) Remuneração ao acionista: O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração ao acionista se dá sob a forma de dividendos, baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

A proposta de remuneração ao acionista da Companhia foi calculada da seguinte forma:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	48.438	37.781
Reserva legal	(2.421)	(1.889)
Lucro ajustado	46.017	35.892
Destinação para reserva especial de dividendos não distribuídos	(34.512)	-
Destinação para reserva de lucros a realizar	-	(26.919)
Lucro líquido a distribuir	11.505	8.973
Remuneração	11.505	8.973
Mínima obrigatória	11.505	8.793
Natureza da remuneração	11.505	8.973
Dividendos	11.505	8.973
Remuneração total por ação	0,20	0,15

Os valores deliberados ao acionista da Companhia, por natureza de remuneração, estão

apresentados como:

Deliberação	Natureza da remuneração	Valor deliberado	Valor por ação
2022			
AGO de 29 de abril de 2022	Dividendos mínimos obrigatórios	8.973	0,15
		8.973	0,15

A remuneração a pagar ao acionista está apresenta como segue:

	2022	2021
Saldo em 1º de janeiro	8.973	-
Dividendos distribuídos ⁽¹⁾	11.505	8.973
Dividendos pagos no exercício	(8.973)	-
Saldo em 31 de dezembro	11.505	8.973

⁽¹⁾ Em 31 de dezembro de 2022, a Administração da Companhia deliberou a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$11.505. Em abril de 2022, em Assembleia geral Ordinária, foi aprovado a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 2021 no montante de R\$8.973, pagos no mês de dezembro de 2022. **15.3. Reservas de lucros: a) Reserva legal:** Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. **b) Reserva de lucros a realizar:** Possui como finalidade reter parcela do lucro líquido do exercício não realizada em caixa ou equivalente de caixa e que exceda a perspectiva estratégica da Companhia de distribuição de montantes a pagar ao acionista. **c) Reserva especial de dividendos não distribuídos:** Reserva destinada a registrar parcela de dividendos que deixaram de ser obrigatórios em função da incompatibilidade da distribuição com a situação financeira da companhia, de acordo com o artigo 202 da Lei 6.404/1976. **15.4. Política contábil:** O Capital social representa valores recebidos do acionista e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionista) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários. A remuneração ao acionista é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelo acionista.

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são os acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia. As principais transações comerciais com o acionista e suas empresas ligadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de uso do sistema de transmissão; (ii) prestação serviços de operação e manutenção; (iii) contratos de serviços administrativos; e (iv) mútuos. As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo:

16.1. Saldo em aberto com partes relacionadas:

Ativo	Neoenergia e suas subsidiárias	
	2022	2021
Contas a receber e outros ^(a)	1.137	1.157
Outros	57	-
	1.194	1.157

Passivo	Neoenergia e suas subsidiárias	
	2022	2021
Fornecedores e contas a pagar	311	315
Dividendos ^(b)	11.505	8.973
Contas a pagar de mútuo ^(c)	-	27.074
Compartilhamento de pessoal ^(c)	80	204
	11.896	36.566

16.2. Transações com partes relacionadas:

Resultado do exercício	Neoenergia e suas subsidiárias	
	2022	2021
Receita operacional líquida ^(a)	10.791	7.928
Custo dos serviços ^(b)	(1.599)	(1.048)
Despesas gerais e administrativas ^(c)	(1.438)	(1.952)
Resultado financeiro, líquido	(1.641)	(1.596)
	6.133	3.332

16.3. Principais transações com partes relacionadas: As principais transações com partes relacionadas referem-se a: (a) Contrato de conexão ao sistema de transmissão (TUST e CCT), com vigência até 2047, corrigidos, anualmente, pela correção do IPCA. (b) Contrato de serviço de operação e manutenção com a Elektro O&M. (c) Contrato de compartilhamento de recursos humanos entre as empresas do grupo Neoenergia. (d) Dividendos a serem pagos pela Companhia. (e) Contrato de mútuo financeiro firmado com a Neoenergia S.A., liquidado em janeiro de 2022.

Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção/remuneração contratual	Prazo	Venci-mento	Ativo/ (Passivo)	Resultado do exercício
(a) Coelba	TUST	IPCA	25 anos	2047	205	2.209
(a) Elektro	TUST	IPCA	25 anos	2047	148	1.595
(a) Celpe	TUST	IPCA	25 anos	2047	146	1.184
(b) Elektro O&M	de O&M	IPCA	5 anos	2026	(311)	(1.599)

16.4. Remuneração da administração (Pessoal-chave): Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não houve remuneração dos administradores da Companhia.

17. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

17.1. Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros: A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

Ativos financeiros	2022		2021	
	CA	VJR	CA	VJR
Caixa e equivalentes de caixa	7.837	35.593	99	24.129
Contas a receber de clientes e outros	11.787	-	8.963	-
Outros ativos financeiros	499	-	442	-
	20.123	35.593	9.504	24.129

Passivos financeiros	2022		2021	
	CA	VJR	CA	VJR
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	9.277	-	11.089	-
Empréstimos e financiamentos	493.792	-	452.641	-
Outros passivos financeiros	1.984	-	27.459	-
	505.053	-	491.189	-

CA – Custo amortizado, VJR – Valor justo por meio do resultado. **17.2. Estimativa do valor justo:** Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 17.7 – análise de sensibilidade. **17.3. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo ("VJR"):** O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

Ativos financeiros	2022		2021	
	Nível 2	Nível 2	Nível 2	Nível 2
Caixa e equivalentes de caixa			35.593	24.129
			35.593	24.129

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo. **17.4. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado ("CA"):** Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude do ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

Empréstimos e financiamentos	2022		2021	
	Saldo contábil	Estimativa de justo (nível 2)	Saldo contábil	Estimativa de justo (nível 2)
	493.792	495.000	452.641	447.364

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil). **17.5. Política contábil:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: (i) Ativos financeiros: Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: • Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e • Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos mensurados pelo CA e VJR estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras. (ii) Passivo financeiro: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **17.6. Métodos e técnicas de avaliação:** O valor justo dos empréstimos e financiamentos classificados no nível 2 são baseados na abordagem de Receita ou na abordagem de Mercado. **17.7. Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. - Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2022. - Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas. - Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas. A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Exposição Indexador	Risco	Impacto Cenário Provável		Impacto Cenário (II)		Impacto Cenário (III)	
			Taxa no exercício	(Saldo/ Nocial)	Taxa no exercício	(Saldo/ Nocial)	Taxa no exercício	(Saldo/ Nocial)
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	13,65%	35.593	4.873	(731)	(1.462)	
Passivos financeiros								
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	5,90%	(496.073)	(38.453)	(3.239)	(6.478)	

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETORIA EXECUTIVA

Fabiano Uchoas Ribeiro Diretor	Luciana Maximino Maia Diretora
CONTADOR	
Tiago Donatti Furgio CRC-SP-338760/O-6	

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Às Acionistas e Administradores da Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** Valores correspondentes ao exercício anterior: O exame das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem ressalvas, com data de 17 de fevereiro de 2022. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse

relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de

auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 1º de fevereiro de 2023



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes Ltda. CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F"Rj

Jônatas José Medeiros de Barcelos Contador CRC nº 1 RJ 093376/O-3